

## CORRELAÇÃO DE TESES DO TJRJ\* X TEMAS STF

TESE TJRJ	QUESTÃO	TEMA
1	Decretação de ofício da prescrição de crédito tributário sem a manifestação da Fazenda Pública.	<a href="#">Tema 151</a>
5	Revisão da pensão por morte concedida antes do advento da Lei nº 9.032/95.	<a href="#">Tema 165</a>
7	Direito de supermercado a crédito do ICMS relativo à energia elétrica utilizada no processo produtivo de alimentos que comercializa.	<a href="#">Tema 218</a>
8	Relevância e urgência da medida provisória nº 2.170-36/2001 que disciplina a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.	<a href="#">Tema 33</a>
13	Progressividade do IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000.	<a href="#">Tema 155</a>
14	Reserva legal para fixação de limite de idade para ingresso nas Forças Armadas.	<a href="#">Tema 121</a>
15	Subsistência, após a Emenda Constitucional nº 19/98, dos subtetos salariais criados com amparo na redação original do art. 37, XI, da Constituição Federal.	<a href="#">Tema 282</a>
23	Incidência do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999 para a Administração anular ato de concessão de aposentadoria.	<a href="#">Tema 445</a>
25	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	<a href="#">Tema 264</a>
25	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	<a href="#">Tema 265</a>
26	Possibilidade de execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública.	<a href="#">Tema 45</a>
27	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	<a href="#">Tema 123</a>
31	a) Cobrança de taxa em razão de serviços públicos de limpeza; b) Adoção de um ou mais elementos que compõem a base de cálculo própria de imposto para apuração do valor de taxa.	<a href="#">Tema 146</a>
34	Modulação dos efeitos de declaração incidental de inconstitucionalidade de lei municipal que instituiu a cobrança de IPTU com alíquotas progressivas, TIP e TCLL.	<a href="#">Tema 175</a>
35	Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios.	<a href="#">Tema 18</a>

37	Exigência de reserva de plenário para as situações em que a Emenda Constitucional nº 29/2000 deixa de ser aplicada em face da incidência da versão primitiva da norma constitucional por ela modificada.	<a href="#">Tema 94</a>
39	Índice de correção monetária incidente sobre verba a ser restituída a associados que se desligam de plano de previdência privada.	<a href="#">Tema 174</a>
44	Direito a honorários advocatícios quando a Defensoria Pública Estadual representa vencedor em demanda ajuizada contra o Estado ao qual é vinculada.	<a href="#">Tema 134</a>
45	Progressão de regime em crimes hediondos cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007.	<a href="#">Tema 59</a>
47	Prazo para a Fazenda Pública opor embargos à execução.	<a href="#">Tema 137</a>
49	Nomeação de candidato classificado entre as vagas previstas no edital de concurso público.	<a href="#">Tema 161</a>
50	Termo <i>a quo</i> do prazo prescricional da ação de repetição de indébito relativa a tributos sujeitos a lançamento por homologação e pagos antecipadamente.	<a href="#">Tema 4</a>
52	Competência para julgamento de ação de interdito proibitório cuja causa de pedir decorre de movimento grevista.	<a href="#">Tema 74</a>
53	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	<a href="#">Tema 6</a>
55	Constitucionalidade da instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.	<a href="#">Tema 44</a>
62	a) Possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia; b) Justiça competente para dirimir controvérsias acerca da possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia.	<a href="#">Tema 17</a>
63	Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicabilidade do art. 4º da Lei Complementar nº 118/2005 às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	<a href="#">Tema 93</a>
64	a) Tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa. b) Competência para processar e julgar ação em que se discute a legalidade da cobrança da tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa.	<a href="#">Tema 35</a>
66	Individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública.	<a href="#">Tema 148</a>
80	Incidência de juros de mora durante o prazo previsto na Constituição Federal para o pagamento de precatório.	<a href="#">Tema 147</a>
82	Pagamento a servidor público de salário-base inferior ao mínimo constitucional.	<a href="#">Tema 142</a>
88	Cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento imobiliário urbano de proprietário não-associado.	<a href="#">Tema 492</a>

90	Vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo.	<a href="#">Tema 25</a>
91	Acumulação por militar de dois cargos públicos na área de saúde.	<a href="#">Tema 119</a>
97	Valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante.	<a href="#">Tema 182</a>
98	Aplicação do princípio da insignificância a crime de posse de substância entorpecente para uso próprio.	<a href="#">Tema 183</a>
99	Cálculo da quantidade de ações em que dividido o capital subscrito em uma sociedade anônima, referente aos contratos de participação financeira e subscrição de ações de telefonia, com complementação dos títulos acionários.	<a href="#">Tema 178</a>
102	Pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais.	<a href="#">Tema 181</a>
104	Cancelamento de descontos em folha de pagamento por posterior desinteresse do mutuário no seu prosseguimento.	<a href="#">Tema 143</a>
105	Exigência da comprovação de insuficiência econômico-financeira para a concessão de assistência judiciária gratuita a pessoas jurídicas.	<a href="#">Tema 103</a>
108	Incidência de ICMS sobre o fornecimento de água encanada por concessionárias.	<a href="#">Tema 326</a>
110	Competência para processar e julgar ações indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho propostas por sucessores do trabalhador falecido.	<a href="#">Tema 242</a>
111	Possibilidade de execução de título judicial, decorrente de ação ordinária coletiva ajuizada por entidade associativa, por aqueles que não conferiram autorização individual à associação, não obstante haja previsão genérica de representação dos associados em cláusula do estatuto.	<a href="#">Tema 82</a>
112	Exigência do exame psicotécnico em concurso público, sem previsão em lei, e critérios de avaliação.	<a href="#">Tema 338</a>
113	Fixação de honorários advocatícios em execução de sentença proferida em ação coletiva não-embargada pela Fazenda Pública.	<a href="#">Tema 186</a>
116	Cobrança do IPTU pela alíquota mínima nos casos de declaração da inconstitucionalidade da sua progressividade.	<a href="#">Tema 226</a>
120	Indenização por danos morais decorrentes de inscrição indevida em cadastro de inadimplentes.	<a href="#">Tema 232</a>
121	Aplicação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 nas ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	<a href="#">Tema 435</a>
122	a) Indenização por danos morais decorrentes de vazamento de produtos químicos em um dos afluentes do Rio Paraíba do Sul; b) Competência dos Juizados Especiais para as causas respectivas.	<a href="#">Tema 233</a>

125	Responsabilidade civil de banco por danos decorrentes de indevida utilização de cartão de crédito.	<a href="#">Tema 286</a>
129	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	<a href="#">Tema 210</a>
130	Indenização por danos morais e materiais decorrentes de manipulação de resultados de partidas de futebol.	<a href="#">Tema 9</a>
133	Concessão de liberdade provisória a preso em flagrante pela prática de crimes hediondos e equiparados.	<a href="#">Tema 192</a>
134	Imposição de efeitos próprios de sentença penal condenatória à transação penal prevista na Lei nº 9.099/95.	<a href="#">Tema 187</a>
135	Poder de investigação do Ministério Público.	<a href="#">Tema 184</a>
137	Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária.	<a href="#">Tema 201</a>
138	Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.	<a href="#">Tema 96</a>
140	Base de cálculo do adicional por tempo de serviço de servidor público admitido antes da Emenda Constitucional nº 19/98.	<a href="#">Tema 24</a>
141	Declaração de hipossuficiência para obtenção de gratuidade de justiça.	<a href="#">Tema 188</a>
153	Aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição.	<a href="#">Tema 313</a>
159	Redução, de ofício, de multa fixada em sentença, no caso de descumprimento de obrigação de fazer.	<a href="#">Tema 7</a>
160	Necessidade de lei em sentido formal para a atualização do valor venal de imóveis.	<a href="#">Tema 211</a>
161	Incidência do ISS sobre locação de bens móveis.	<a href="#">Tema 212</a>
162	a) Inclusão do ICMS em sua própria base de cálculo; b) Emprego da taxa SELIC para fins tributários; c) Natureza de multa moratória fixada em 20% do valor do tributo.	<a href="#">Tema 214</a>
163	Incidência do ICMS sobre venda de veículos salvados de sinistros.	<a href="#">Tema 216</a>
164	Comprovação do poder de polícia para cobrança de taxa de localização e funcionamento.	<a href="#">Tema 217</a>
165	Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos.	<a href="#">Tema 220</a>
167	Anulação de ato administrativo pela Administração, com reflexo em interesses individuais, sem a instauração de procedimento administrativo.	<a href="#">Tema 138</a>

168	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	<a href="#">Tema 19</a>
170	Exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de recurso administrativo.	<a href="#">Tema 314</a>
171	Direito de servidor comissionado exonerado receber férias não gozadas acrescidas de um terço.	<a href="#">Tema 30</a>
176	Possibilidade de prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.	<a href="#">Tema 60</a>
179	Anulação de ato administrativo pela Administração, com reflexo em interesses individuais, sem a instauração de procedimento administrativo.	<a href="#">Tema 138</a>
180	Extensão a beneficiários de plano de previdência privada complementar de vantagem outorgada a empregados ativos.	<a href="#">Tema 219</a>
187	Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.	<a href="#">Tema 129</a>
194	Competência de juizados especiais face à alegação de complexidade da prova.	<a href="#">Tema 433</a>
196	Aplicação do art. 29 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.876/99, a benefícios concedidos antes da respectiva vigência.	<a href="#">Tema 88</a>
201	Pagamento de diferenças em razão de reenquadramento de servidor público do Município de Santos.	<a href="#">Tema 290</a>
204	Vinculação de receita proveniente de majoração de alíquota do ICMS pela Lei paulista nº 9.903/97.	<a href="#">Tema 92</a>
206	Competência para processar e julgar causas que envolvam complementação de aposentadoria por entidades de previdência privada.	<a href="#">Tema 190</a>
209	Incidência do ISS sobre materiais empregados na construção civil.	<a href="#">Tema 247</a>
212	Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais.	<a href="#">Tema 339</a>
215	Aplicação da imunidade tributária recíproca às sociedades de economia mista que prestam serviços de saúde exclusivamente pelo SUS.	<a href="#">Tema 115</a>
220	Condições para a promoção de policial militar.	<a href="#">Tema 375</a>
221	Direito de filha de ex-servidor, solteira e maior de 21 anos, receber pensão.	<a href="#">Tema 271</a>
226	Multa por litigância de má-fé.	<a href="#">Tema 401</a>
228	Incidência de ICMS na importação de equipamento médico por sociedade civil não contribuinte do referido imposto.	<a href="#">Tema 171</a>

231	Auto-aplicabilidade do art. 192, § 3º, da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 40/2003.	<a href="#">Tema 98</a>
233	Extensão aos inativos da GDASST em 60 pontos a partir da Medida Provisória nº 198/94, convertida na Lei nº 10.971/2004.	<a href="#">Tema 67</a>
247	Contribuição previdenciária sobre pensões e proventos e militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda Constitucional nº 41/2003.	<a href="#">Tema 160</a>
249	Responsabilidade do Estado por danos morais decorrentes de superlotação carcerária.	<a href="#">Tema 365</a>
253	Competência para processar e julgar ação que visa compelir os entes políticos das três esferas do governo a fornecer medicamentos à pessoa carente, quando o valor da causa é inferior ao limite de sessenta salários mínimos.	<a href="#">Tema 213</a>
254	Exigibilidade do porte de remessa e retorno de autos de autarquia federal no âmbito da Justiça Estadual.	<a href="#">Tema 135</a>
259	Cobrança de taxa de ocupação do solo e do espaço aéreo por poste de transmissão de energia elétrica.	<a href="#">Tema 261</a>
261	Critério de reajuste de saldo devedor de contrato de mútuo firmado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação para posterior amortização.	<a href="#">Tema 200</a>
262	Incidência de ICMS sobre os serviços prestados pelos provedores de acesso à internet.	<a href="#">Tema 263</a>
263	Exigibilidade da contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares.	<a href="#">Tema 230</a>
264	Estorno na remuneração de auditores fiscais do Estado de Rondônia com base no subsídio do Governador.	<a href="#">Tema 81</a>
265	Incidência do ICMS na importação de mercadoria por meio de arrendamento mercantil internacional.	<a href="#">Tema 297</a>
266	Interrupção do prazo prescricional na execução fiscal.	<a href="#">Tema 288</a>
267	Extensão da verba de incentivo de aprimoramento à docência prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 159/2004 do Estado de Mato Grosso a professores inativos.	<a href="#">Tema 156</a>
269	Direito de servidor à diferença de remuneração em virtude de desvio de função.	<a href="#">Tema 73</a>
270	Penhorabilidade de bem de família de fiador de contrato de locação.	<a href="#">Tema 295</a>
271	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	<a href="#">Tema 22</a>
272	Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal.	<a href="#">Tema 296</a>
273	Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, a gratificação natalina, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.	<a href="#">Tema 163</a>

274	Competência dos Municípios para legislar sobre tempo máximo de espera de clientes em filas de bancos.	<a href="#">Tema 272</a>
280	Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	<a href="#">Tema 176</a>
287	Incidência do ISS sobre os contratos de franquia.	<a href="#">Tema 300</a>
288	Extensão da Gratificação por Atividade de Magistério aos servidores inativos que ingressaram no serviço público até a publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003.	<a href="#">Tema 139</a>
289	Aproveitamento integral de créditos do ICMS pago na operação antecedente em hipóteses de redução parcial da base de cálculo na operação subsequente.	<a href="#">Tema 299</a>
291	Aumento de vencimentos e extensão de vantagens e gratificações pelo Poder Judiciário e pela Administração Pública.	<a href="#">Tema 315</a>
294	Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária.	<a href="#">Tema 254</a>
295	Citação da Fazenda Pública para expedição de precatório complementar.	<a href="#">Tema 266</a>
296	a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional.	<a href="#">Tema 100</a>
297	Crêterios de correção monetária para a devolução de empréstimo compulsório de energia elétrica.	<a href="#">Tema 319</a>
298	Remarcação de teste de aptidão física em concurso público.	<a href="#">Tema 335</a>
299	Valor do auxílio-acidente inferior ao salário mínimo.	<a href="#">Tema 609</a>
300	Imunidade tributária recíproca do responsável tributário por sucessão.	<a href="#">Tema 224</a>
301	Reserva de lei complementar estadual de contribuição compulsória para custeio de assistência médico-hospitalar.	<a href="#">Tema 55</a>
302	Direito de servidores públicos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte à Gratificação Especial de Técnico de Nível Superior - GTNS.	<a href="#">Tema 275</a>
303	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.	<a href="#">Tema 262</a>
306	Acumulação por militar de dois cargos públicos: um de natureza militar e outro de professor.	<a href="#">Tema 65</a>
308	Cabimento do mandado de segurança contra decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei nº 9.099/95.	<a href="#">Tema 77</a>

310	Incidência do ISS sobre operações de arrendamento mercantil.	<a href="#">Tema 125</a>
312	Cobrança de ICMS sobre serviço de habilitação de celular.	<a href="#">Tema 301</a>
313	Extensão da vantagem denominada Prêmio de Incentivo à Qualidade – PIQ a servidores inativos.	<a href="#">Tema 316</a>
314	Responsabilidade objetiva do Estado em caso de responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público em relação a terceiros não-usuários do serviço.	<a href="#">Tema 130</a>
315	Restituição dos valores pagos a consórcio em razão de desistência do consorciado.	<a href="#">Tema 332</a>
316	Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação.	<a href="#">Tema 249</a>
317	Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS.	<a href="#">Tema 346</a>
318	Aplicabilidade do regime de precatórios às entidades da Administração Indireta prestadoras de serviços públicos essenciais.	<a href="#">Tema 253</a>
319	Bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos.	<a href="#">Tema 289</a>
320	Termo final de vigência do crédito-prêmio do IPI instituído pelo Decreto-lei nº 491/69.	<a href="#">Tema 63</a>
321	Adicional noturno para policiais civis que trabalham sob o regime de plantão.	<a href="#">Tema 276</a>
322	Cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real.	<a href="#">Tema 167</a>
323	Revisão de auxílio-acidente concedido antes do advento da Lei nº 9.032/95.	<a href="#">Tema 388</a>
326	Direito adquirido à forma de cálculo de parcelas incorporadas à remuneração.	<a href="#">Tema 41</a>
327	Requisitos do mandado de segurança.	<a href="#">Tema 318</a>
329	Imunidade de ICMS sobre produtos e serviços adquiridos por entidade filantrópica.	<a href="#">Tema 342</a>
330	Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas falecido durante sua vigência.	<a href="#">Tema 396</a>
337	Termo inicial dos juros moratórios nas ações de repetição de indébito tributário.	<a href="#">Tema 243</a>
338	Tributação da importação de pequenos componentes eletrônicos que acompanham material didático de curso de montagem de computadores.	<a href="#">Tema 259</a>
339	Devolução de contribuição previdenciária cobrada de servidor inativo ou pensionista, no período compreendido entre a EC 20/98 e a EC 41/2003.	<a href="#">Tema 343</a>

340	Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.	<a href="#">Tema 395</a>
341	Sujeito ativo competente para cobrança do ISS.	<a href="#">Tema 287</a>
342	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	<a href="#">Tema 381</a>
344	Compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subsequente.	<a href="#">Tema 5</a>
346	Teto da renda mensal dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência das Emendas Constitucionais nos 20/98 e 41/2003.	<a href="#">Tema 76</a>
347	Alteração judicial, ao patamar de 12% ao ano, de juros contratados após a Emenda Constitucional nº 40/2003.	<a href="#">Tema 310</a>
350	Extensão a outros servidores públicos militares em atividade da Gratificação de Encargos Especiais-GEE.	<a href="#">Tema 428</a>
354	Fixação de pena aquém do mínimo legal, em face da incidência de circunstância genérica atenuante.	<a href="#">Tema 158</a>
355	Responsabilidade civil por dano material em face de relações contratuais e extracontratuais.	<a href="#">Tema 417</a>
357	Direito adquirido de servidores públicos estaduais aposentados à permanência em determinada classe, não obstante o advento de lei estadual que, ao promover a reclassificação de cargos, reenquadra-os em classe inferior.	<a href="#">Tema 439</a>
358	<i>Quantum</i> indenizatório de condenação por danos morais e materiais decorrentes da relação entre concessionária de serviço público e consumidor.	<a href="#">Tema 413</a>
359	Auto-aplicabilidade da imunidade relativa à contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores públicos, prevista no art. 40, § 21, da Constituição Federal, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.	<a href="#">Tema 317</a>
360	Equiparação remuneratória entre procuradores autárquicos e procuradores estaduais.	<a href="#">Tema 23</a>
361	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	<a href="#">Tema 415</a>
363	Adoção pelo Poder Judiciário de critérios normativos estaduais como fundamento para extinguir ações de execução fiscal ajuizadas pelo Município.	<a href="#">Tema 109</a>
365	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	<a href="#">Tema 452</a>
366	Revisão de contrato celebrado com entidade fechada de previdência complementar.	<a href="#">Tema 466</a>
367	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a empresa privada ocupante de bem público.	<a href="#">Tema 437</a>

368	Requisitos legais para enquadramento de pessoa jurídica como entidade beneficente de assistência social para fins de imunidade tributária.	<a href="#">Tema 459</a>
369	Indeferimento de produção de provas no âmbito de processo judicial.	<a href="#">Tema 424</a>
370	Dever de as concessionárias de serviços públicos cumprirem suas obrigações contratuais mesmo que em área de risco à integridade física de seus funcionários.	<a href="#">Tema 419</a>
372	Direito do consumidor à exibição de documentos.	<a href="#">Tema 458</a>
374	Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.	<a href="#">Tema 430</a>
375	Cláusulas de barreira ou afunilamento em concurso público.	<a href="#">Tema 376</a>
377	Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional nº 41/2003.	<a href="#">Tema 257</a>
378	Restituição de valores descontados compulsoriamente a título de contribuição previdenciária declarada inconstitucional.	<a href="#">Tema 407</a>
379	Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado.	<a href="#">Tema 476</a>
381	Ilegalidade de cláusulas previstas em contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor.	<a href="#">Tema 461</a>
386	Trancamento da ação penal, em <i>habeas corpus</i> , por falta de justa causa, sem a submissão de acusados de crime doloso contra a vida ao Tribunal do Júri.	<a href="#">Tema 154</a>
387	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre proventos percebidos em desacordo com o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.	<a href="#">Tema 480</a>
388	Alcance do princípio da autodefesa frente ao crime de falsa identidade.	<a href="#">Tema 478</a>
389	Sistema de reserva de vagas, como forma de ação afirmativa de inclusão social, estabelecido por universidade.	<a href="#">Tema 203</a>
390	Controle jurisdicional do ato administrativo que avalia questões em concurso público.	<a href="#">Tema 485</a>
391	Aplicação do artigo 1º da Lei de Usura, que limita a taxa de juros a 12% ao ano, aos contratos bancários.	<a href="#">Tema 421</a>
394	Efeitos trabalhistas decorrentes de contratação pela Administração Pública de empregado não submetido à prévia aprovação em concurso público.	<a href="#">Tema 308</a>
395	Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.	<a href="#">Tema 441</a>
396	Superação da coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face de viabilidade de realização de exame de DNA.	<a href="#">Tema 392</a>

397	Reserva de lei complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal.	<a href="#">Tema 390</a>
398	Alcance das sanções impostas pelo art. 37, § 4º, da Constituição Federal aos condenados por improbidade administrativa.	<a href="#">Tema 309</a>
403	Registro prévio do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor perante o órgão competente para o licenciamento.	<a href="#">Tema 349</a>
405	Âmbito de incidência de isenção de taxas judiciárias, custas e emolumentos concedidos por lei estadual.	<a href="#">Tema 389</a>
406	Aposentadoria integral de servidor portador de doença grave não especificada em lei.	<a href="#">Tema 524</a>
407	Isonomia quanto ao enquadramento como beneficiário do regime público de previdência complementar instituído por lei estadual.	<a href="#">Tema 229</a>
410	Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000.	<a href="#">Tema 523</a>
413	Extinção da punibilidade em virtude de prescrição da pretensão punitiva em perspectiva.	<a href="#">Tema 239</a>
418	Desconstituição de título executivo judicial mediante aplicação do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil.	<a href="#">Tema 360</a>
419	Extensão de regra mais benéfica concernente a férias prevista no Estatuto do Magistério estadual a professores contratados sob o regime temporário.	<a href="#">Tema 250</a>
421	Contagem especial de tempo de serviço, prestado sob condições insalubres, em período anterior à instituição do Regime Jurídico Único.	<a href="#">Tema 293</a>
423	Rito da execução de decisões que condenem entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado, a quantia em dinheiro.	<a href="#">Tema 411</a>
428	Competência de guarda municipal para lavrar auto de infração de trânsito.	<a href="#">Tema 472</a>
429	Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	<a href="#">Tema 16</a>
430	Alcance da imunidade material concedida aos vereadores por suas opiniões, palavras e votos.	<a href="#">Tema 469</a>
431	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	<a href="#">Tema 500</a>
434	Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal.	<a href="#">Tema 382</a>
435	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a sociedade de economia mista ocupante de bem público.	<a href="#">Tema 385</a>
437	Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.	<a href="#">Tema 456</a>

444	Desconto nos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve.	<a href="#">Tema 531</a>
445	Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal.	<a href="#">Tema 506</a>
446	Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.	<a href="#">Tema 526</a>
447	Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização.	<a href="#">Tema 520</a>
449	Cabimento de apelação em caso de execução fiscal com valor inferior a 50 ORTN.	<a href="#">Tema 408</a>
453	Competência para processar e julgar ação em que se discute a prestação de benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho.	<a href="#">Tema 414</a>
454	Prosseguimento de Execução Fiscal lastreada em Certidão de Dívida Ativa supostamente ilíquida.	<a href="#">Tema 460</a>
455	Extensão da imunidade tributária recíproca às empresas públicas prestadoras de serviços públicos.	<a href="#">Tema 412</a>
465	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	<a href="#">Tema 576</a>
466	Imposto a incidir em operações mistas realizadas por farmácias de manipulação.	<a href="#">Tema 379</a>
474	Responsabilidade civil por danos morais e materiais decorrentes da negativa de cobertura por operadora de plano de saúde.	<a href="#">Tema 611</a>
475	Pagamento de mensalidades de instituições privadas de ensino superior de forma proporcional à quantidade de disciplinas cursadas. Autonomia universitária. Princípio da defesa do consumidor.	<a href="#">Tema 547</a>
480	Direito à indenização por danos morais e materiais decorrentes da espera excessiva em fila de instituição financeira.	<a href="#">Tema 623</a>
481	Cobrança de tarifas e taxas acessórias, vinculadas a contratos bancários (como, por exemplo, "de abertura de crédito", "de retorno", "de emissão de boleto" e "de cadastro").	<a href="#">Tema 614</a>
484	Natureza do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas Estaduais em relação a atos administrativos dos Municípios.	<a href="#">Tema 47</a>
492	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	<a href="#">Tema 551</a>
493	Excesso de execução decorrente de eventual erro de cálculo em processo alusivo a diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários.	<a href="#">Tema 587</a>
494	Responsabilidade civil objetiva do Estado por morte de detento.	<a href="#">Tema 592</a>

499	Preenchimento de requisitos exigidos em edital de concurso para provimento de cargo público.	<a href="#">Tema 567</a>
503	Direito de servidores públicos ativos à conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária.	<a href="#">Tema 635</a>
506	Caráter confiscatório da "multa isolada" por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental.	<a href="#">Tema 487</a>
510	Imunidade tributária em relação ao imposto de importação para entidades que executam atividades fundadas em preceitos religiosos.	<a href="#">Tema 336</a>
514	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	<a href="#">Tema 533</a>
515	Natureza jurídica de verbas rescisórias para fins de incidência do imposto de renda.	<a href="#">Tema 236</a>
516	Legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos.	<a href="#">Tema 607</a>
519	Acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.367/76, incorporado pela normatização do atual auxílio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva.	<a href="#">Tema 599</a>
520	Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação.	<a href="#">Tema 28</a>
524	Incidência do ISS sobre atividades desenvolvidas por operadoras de planos de saúde.	<a href="#">Tema 581</a>
529	Delimitação da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devido pela prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	<a href="#">Tema 641</a>
530	Aplicação de multa de trânsito por sociedade de economia mista.	<a href="#">Tema 532</a>
535	Definição do legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.	<a href="#">Tema 642</a>
537	Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário.	<a href="#">Tema 350</a>
538	Responsabilidade civil por danos morais em razão de ofensa à imagem.	<a href="#">Tema 657</a>
539	Dedução da CSLL na apuração da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ.	<a href="#">Tema 75</a>
549	Modificação do valor fixado a título de indenização por danos morais.	<a href="#">Tema 655</a>
550	Violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Extensão do entendimento ao princípio do devido processo legal e aos limites da coisa julgada.	<a href="#">Tema 660</a>

551	Competência legislativa para dispor sobre o transporte irregular de passageiros e a aplicação da penalidade de apreensão de veículos.	<a href="#">Tema 546</a>
553	Possibilidade de reconhecimento jurídico de união estável e de relação homoafetiva concomitantes, com o consequente rateio de pensão por morte.	<a href="#">Tema 529</a>
554	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I.	<a href="#">Tema 284</a>
555	a) Fornecimento de informações sobre movimentações financeiras ao Fisco sem autorização judicial, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001; b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.174/2001 para apuração de créditos tributários referentes a exercícios anteriores ao de sua vigência.	<a href="#">Tema 225</a>
556	Responsabilidade solidária da União pelo pagamento de correção monetária integral referente a crédito oriundo de devolução de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica.	<a href="#">Tema 489</a>
557	Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível <i>ad nutum</i> , ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.	<a href="#">Tema 542</a>
558	Realinhamento salarial de servidores públicos inativos, em face de modificações no regime próprio de previdência social.	<a href="#">Tema 566</a>
559	Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação.	<a href="#">Tema 503</a>
560	Imprescritibilidade das ações de ressarcimento por danos causados ao erário, ainda que o prejuízo não decorra de ato de improbidade administrativa.	<a href="#">Tema 666</a>
561	Inexigibilidade de título judicial cujo fundamento contraria decisão superveniente do Superior Tribunal de Justiça sobre tema declarado de natureza infraconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.	<a href="#">Tema 442</a>
562	Cobrança de pulsos além da franquia.	<a href="#">Tema 274</a>
566	Possibilidade de exclusão de policial militar da corporação mediante processo administrativo.	<a href="#">Tema 565</a>
567	Direito adquirido ao recebimento de complementação de aposentadoria calculada de acordo com as normas vigentes à época da adesão a contrato de plano de previdência privada.	<a href="#">Tema 662</a>
570	Alcance do direito sucessório em face de união estável homoafetiva.	<a href="#">Tema 498</a>
571	Competência para processar e julgar controvérsia a envolver relação jurídica entre representante e representada comerciais.	<a href="#">Tema 550</a>
574	Estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público.	<a href="#">Tema 646</a>
575	Seqüestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009.	<a href="#">Tema 519</a>

576	Incorporação de gratificação de função à remuneração de empregados públicos.	<a href="#">Tema 610</a>
577	Teto remuneratório de procuradores municipais.	<a href="#">Tema 510</a>
578	Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal.	<a href="#">Tema 490</a>
579	Contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada para fins de concessão de aposentadoria.	<a href="#">Tema 522</a>
581	Remissão aos fundamentos adotados na sentença impugnada nos termos do § 5º do art. 82 da Lei nº 9.099/95.	<a href="#">Tema 451</a>
585	Conversão monetária de vencimentos de servidores públicos estaduais, sem intermédio de URV.	<a href="#">Tema 539</a>
587	Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica.	<a href="#">Tema 622</a>
594	Responsabilidade civil do Estado por ato praticado por preso foragido.	<a href="#">Tema 362</a>
595	Incidência do imposto de renda de pessoa física sobre rendimentos percebidos acumuladamente.	<a href="#">Tema 368</a>
605	Competência do Poder Legislativo municipal para estabelecer vantagens, benefícios e adicionais em favor de servidores municipais.	<a href="#">Tema 223</a>
606	Incidência do adicional por tempo de serviço (quinqüênio) sobre a integralidade dos vencimentos de servidor público.	<a href="#">Tema 702</a>
607	Imunidade tributária de livro eletrônico (e-book) gravado em CD-ROM.	<a href="#">Tema 593</a>
609	Promoção de policiais militares ao grau hierarquicamente superior quando transferidos para a reserva remunerada.	<a href="#">Tema 687</a>
610	Possibilidade de se emprestar o caráter de revisão geral anual à vantagem pecuniária individual concedida a servidores públicos federais pela Lei 10.698/2003.	<a href="#">Tema 719</a>
614	Constitucionalidade de taxa cobrada em razão da expedição de guias de recolhimento de tributos.	<a href="#">Tema 721</a>
617	Possibilidade de o Poder Judiciário determinar o cumprimento de lei complementar estadual que, sem prévia dotação orçamentária, concedeu reajuste salarial a servidores públicos.	<a href="#">Tema 710</a>
619	Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.	<a href="#">Tema 725</a>
622	Restituição de verbas de natureza alimentar pagas indevidamente pela Administração Pública a beneficiário de boa-fé.	<a href="#">Tema 425</a>
624	Constitucionalidade de lei municipal que dispõe sobre as hipóteses de contratação temporária de servidores públicos.	<a href="#">Tema 612</a>

625	Acumulação de pensão decorrente de cargo de médico militar com outra pensão oriunda de cargo de médico civil.	<a href="#">Tema 627</a>
629	Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição Federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.	<a href="#">Tema 745</a>
630	Direito à nomeação de candidato aprovado em concurso público em face de posteriores contratações temporárias, nas hipóteses em que não fica comprovada a preterição.	<a href="#">Tema 735</a>
631	Competência legislativa estadual para estabelecer regras de postagem de boletos referentes a pagamento de serviços prestados por empresas públicas e privadas.	<a href="#">Tema 491</a>
632	Pressupostos de admissibilidade de ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho.	<a href="#">Tema 248</a>
633	Compensação de precatórios com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.	<a href="#">Tema 558</a>
634	Constitucionalidade da redução dos valores de indenização do Seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007.	<a href="#">Tema 771</a>
647	Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS das despesas com atendimento a beneficiários de planos privados de saúde.	<a href="#">Tema 345</a>
649	Competência para processar e julgar causas relativas a prestações por parte de Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS, oferecida pela Petrobras a seus empregados e respectivos dependentes.	<a href="#">Tema 740</a>
650	Direito de candidatos aprovados em concurso público a indenização por danos materiais em razão de alegada demora na nomeação, efetivada apenas após o trânsito em julgado de decisão judicial que reconheceu o direito à investidura.	<a href="#">Tema 671</a>
656	Incidência de ISS sobre contratos de licenciamento ou de cessão de programas de computador (software) desenvolvidos para clientes de forma personalizada.	<a href="#">Tema 590</a>
657	Prazo prescricional para a cobrança de contribuições sociais devidas à Seguridade Social.	<a href="#">Tema 3</a>
658	Responsabilidade civil do Estado em decorrência de danos causados a terceiros por tabeliães e oficiais de registro no exercício de suas funções.	<a href="#">Tema 777</a>
661	Provas obtidas mediante invasão de domicílio por policiais sem mandado de busca e apreensão.	<a href="#">Tema 280</a>
663	Direito à nomeação de candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital de concurso público no caso de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do certame.	<a href="#">Tema 784</a>
665	Direito ao creditamento, após a Emenda Constitucional 42/2003, do ICMS decorrente da aquisição de bens de uso e de consumo empregados na elaboração de produtos destinados à exportação, independentemente de regulamentação infraconstitucional.	<a href="#">Tema 633</a>
673	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	<a href="#">Tema 793</a>

674	Eficácia temporal do art. 6º-A da Emenda Constitucional 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional 70/2012, que restabeleceu a integralidade e a paridade de proventos para os servidores públicos aposentados por invalidez permanente decorrente de doença grave.	<a href="#">Tema 754</a>
675	Acumulação de pensões por morte, no caso de o servidor aposentado ter reingressado no serviço público, por meio de concurso, antes da edição da Emenda Constitucional nº 20/98, e ter falecido em data posterior ao seu advento.	<a href="#">Tema 162</a>
677	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/1995 em matéria de indenização decorrente de acidente de trânsito.	<a href="#">Tema 797</a>
679	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/95 em matéria de revisão contratual.	<a href="#">Tema 798</a>
681	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/95 em matéria de responsabilidade pelo adimplemento de obrigação assumida em contrato de direito privado.	<a href="#">Tema 800</a>
683	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09.	<a href="#">Tema 810</a>
690	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	<a href="#">Tema 698</a>
692	Aplicabilidade do direito ao esquecimento na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares.	<a href="#">Tema 786</a>
694	Medicamento ou tratamento terapêutico a ser fornecido pelo Poder Público sem menção na lista do SUS.	
700	Extensão, a servidores aposentados e pensionistas, dos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos do extinto DNER no Plano Especial de cargos do DNIT.	<a href="#">Tema 602</a>
701	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em que se questiona acordo firmado entre o contribuinte e o Poder Público para pagamento de dívida tributária.	<a href="#">Tema 56</a>
705	Competência legislativa municipal para restringir direito de férias de servidores municipais.	<a href="#">Tema 221</a>
706	Suspensão de habilitação para dirigir de motorista profissional condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor.	<a href="#">Tema 486</a>
708	a) Legitimidade de tribunal de justiça para atuar em controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal; b) Possibilidade de concessão de gratificação natalina, ou de outras espécies remuneratórias, a detentor de mandato eletivo remunerado por subsídio.	<a href="#">Tema 484</a>
710	Limites objetivos da coisa julgada em sede de execução.	<a href="#">Tema 494</a>

711	Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.	<a href="#">Tema 548</a>
712	Validade do cálculo do valor da verba denominada Complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime paga aos empregados da Petrobrás, descrita na Cláusula 35ª do Acordo Coletivo de Trabalho de 2007/2009, mediante a subtração, no valor desse complemento, dos adicionais inerentes ao trabalho em condições especiais.	<a href="#">Tema 795</a>
713	Incidência do teto remuneratório no caso de acumulação de cargos públicos.	<a href="#">Tema 377</a>
715	Cabimento de agravo interno contra decisão monocrática proferida no âmbito dos Juizados Especiais.	<a href="#">Tema 294</a>
718	Obrigatoriedade, ou não, de o Estado do Rio de Janeiro prestar assistência médico-hospitalar aos militares do estado, independentemente de contribuição.	<a href="#">Tema 868</a>
719	Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da GDATA e da GDASST estabelecidos para os servidores em atividade.	<a href="#">Tema 153</a>
720	Possibilidade de aplicação de índices negativos para fins de correção monetária do valor devido a título de verba salarial.	<a href="#">Tema 749</a>
721	Restituição de valores referentes à parcela denominada comissão de corretagem cobrada de consumidor que adquire imóvel diretamente de construtora ou de incorporadora.	<a href="#">Tema 769</a>
723	Verificação dos requisitos legais necessários para concessão de benefício previdenciário.	<a href="#">Tema 766</a>
725	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	<a href="#">Tema 624</a>
728	Obrigatoriedade de pagamento, mediante o regime de precatórios, dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva.	<a href="#">Tema 831</a>
731	a) Necessidade de submissão de demanda judicial à regra da reserva de plenário na hipótese em que a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou em Súmula deste Tribunal; b) Constitucionalidade de restrições impostas pelo Estado ao livre exercício de atividade econômica ou profissional, quando aquelas forem utilizadas como meio de cobrança indireta de tributos.	<a href="#">Tema 856</a>
732	Indenização por dano moral em virtude de inadimplemento de cláusula contratual.	<a href="#">Tema 869</a>
733	Imunidade do lucro da exportação à CSLL após a Emenda Constitucional nº 33/2001.	<a href="#">Tema 8</a>
734	Concessão de aposentadoria especial a policiais civis nos termos da Lei Complementar nº 51/1985.	<a href="#">Tema 26</a>
735	Possibilidade da devolução de valores recebidos em virtude de tutela antecipada posteriormente revogada.	<a href="#">Tema 799</a>

736	Indenização por danos morais decorrentes da inscrição de consumidor em sistema de avaliação de crédito denominado "Concentre Scoring" (ou "Credit Scoring" ou "Credscore"), instituído e mantido pelo SERASA.	<a href="#">Tema 802</a>
737	Legitimidade da definição da data de entrada do requerimento administrativo como marco temporal dos efeitos financeiros da revisão de benefício previdenciário.	<a href="#">Tema 805</a>
738	Validade de dispositivos do Código Civil que atribuem direitos sucessórios distintos ao cônjuge e ao companheiro.	<a href="#">Tema 809</a>
739	Incidência de ICMS sobre o valor pago a título de assinatura básica mensal pelo serviço de telefonia.	<a href="#">Tema 827</a>
740	Validade da cobrança de serviços e comissões, notadamente o Serviço de Assessoria Técnica Imobiliária - SATI, previstos em contrato de compra e venda de imóveis entre consumidores e construtora ou incorporadora.	<a href="#">Tema 834</a>
741	a) Possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1999. b) Saber se portaria que disciplina tempo máximo de serviço de militar atende aos requisitos do art. 8º do ADCT.	<a href="#">Tema 839</a>
742	Indenização por danos decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por empresa prestadora de serviço público.	<a href="#">Tema 845</a>
743	Limites subjetivos de sentença condenatória genérica transitada em julgado proferida nos autos de ação civil pública ajuizada por associação.	<a href="#">Tema 848</a>
744	Possibilidade de implementação da prestação de serviço público de transporte coletivo, considerado o art. 175 da Constituição Federal, mediante simples credenciamento, sem licitação.	<a href="#">Tema 854</a>
745	Termo inicial da contagem do prazo para apresentação de defesa no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.	<a href="#">Tema 862</a>
746	Compatibilidade da garantia da justa e prévia indenização em dinheiro (CF/88, art. 5º, XXIV) com o regime de precatórios (CF/88, art. 100).	<a href="#">Tema 865</a>
747	Legitimidade da revisão de contrato já extinto.	<a href="#">Tema 866</a>
748	Incidência do IPTU sobre lotes vagos de propriedade de instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.	<a href="#">Tema 693</a>
749	Constitucionalidade de lei que, ao aumentar a exigência de escolaridade em cargo público, para o exercício das mesmas funções, determina a gradual transformação de cargos de nível médio em cargos de nível superior e assegura isonomia remuneratória aos ocupantes dos cargos em extinção, sem a realização de concurso público.	<a href="#">Tema 697</a>
752	Alcance da imunidade tributária do ITBI, prevista no art. 156, § 2º, I, da Constituição, sobre imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, quando o valor total desses bens excederem o limite do capital social a ser integralizado.	<a href="#">Tema 796</a>

753	Extinção de execução fiscal da União por falta de interesse de agir, em razão do valor irrisório do débito, com base em legislação federal.	<a href="#">Tema 292</a>
762	Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas.	<a href="#">Tema 837</a>
763	Definição do órgão competente, se o Poder Legislativo ou o Tribunal de Contas, para julgar as contas de Chefe do Poder Executivo que age na qualidade de ordenador de despesas.	<a href="#">Tema 835</a>
765	Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base.	<a href="#">Tema 150</a>
767	Extensão, às complementações de aposentadoria, de benefício concedido indistintamente aos empregados ativos em razão de acordo coletivo de trabalho.	<a href="#">Tema 591</a>
768	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.	<a href="#">Tema 897</a>
773	Possibilidade de substituir-se a formalização de acórdão fundamentado por certidão a qual contenha o resultado de julgamento.	<a href="#">Tema 50</a>
774	Segurança jurídica e decadência para o Instituto Nacional do Seguro Social proceder à revisão do critério de reajuste de aposentadoria e pensão por morte, em virtude de alegado erro da administração.	<a href="#">Tema 632</a>
775	Ofensa aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da propriedade e sua função social, do devido processo legal e do acesso à Justiça em decorrência de rescisão contratual.	<a href="#">Tema 890</a>
776	Ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição na hipótese em que há óbice processual intransponível ao julgamento do mérito.	<a href="#">Tema 895</a>
778	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação de proventos e pensão.	<a href="#">Tema 359</a>
780	Competência exclusiva da Câmara Municipal para o julgamento das contas de Prefeito.	<a href="#">Tema 157</a>
781	Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.	<a href="#">Tema 733</a>
782	Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores.	<a href="#">Tema 508</a>
784	Indenização por dano moral decorrente de responsabilidade civil extracontratual.	<a href="#">Tema 880</a>
<p><b>*A última Tese do TJRJ com Tema correspondente no STF foi a 784 (Tema 880), criada em 24/11/2016</b></p>		

